

GEOGRAFIA SELVAGEM: O ACAMPAMENTO TERRA LIVRE COMO R-EXISTÊNCIA AO MASSACRE, DESASTRE E COLAPSO

José Vandério Cirqueira¹

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo principal fazer reflexão acerca das mobilizações indígenas no mês de abril que ocorrem todos os anos em Brasília, o Acampamento Terra Livre. Refletir sobre o significado da luta, dessas marchas e as temáticas em disputa, bem como a trajetória deste movimento são os pontos centrais de discussão do texto. As marchas dos povos originários vão de confronto ao massacre, desastre e colapso instaurado no país nos últimos anos. Essa modalidade de luta e de organização política vem trazendo novo significado para as esquerdas e para a resistência dos movimentos sócioterritoriais no Brasil. Esta articulação dos povos originários tem base na expressão dos demais movimentos que se manifestam também ao longo da América Latina. Neste ponto de vista, o Acampamento Terra Livre funciona como r-existência e território autônomo temporário à ofensiva reacionária e destrutivista do sistema capitalista, margeada pelo setor produtivo agrário-exportador. A defesa de suas terras e territórios os colocam como fazedores de uma geografia selvagem.

Palavras-chave: Acampamento Terra Livre, r-existência, geografia selvagem.

RESUMEN

El principal objetivo de este trabajo es reflexionar sobre las movilizaciones indígenas del mes de abril que ocurren cada año en Brasilia, el Campamento Tierra Livre. La reflexión sobre el significado de la lucha, estas marchas y los temas en disputa, así como la trayectoria de este movimiento son los puntos centrales de discusión en el texto. Las marchas de los pueblos originarios enfrentan la masacre, el desastre y el colapso ocurrido en el país en los últimos años. Esta modalidad de lucha y organización política ha traído un nuevo significado a la izquierda y a la resistencia de los movimientos socioterritoriales en Brasil. Esta articulación de los pueblos originarios se sustenta en la expresión de otros movimientos que también se están manifestando en toda América Latina. Desde este punto de vista, el Acampamento Tierra Livre funciona como un territorio de r-existencia temporal y autónomo a la ofensiva reaccionaria y destructivista del sistema capitalista, bordeado por el sector productivo agrario-exportador. La defensa de sus tierras y territorios los sitúa como creadores de una geografía salvaje.

Palabras clave: Campamento Tierra Livre, r-existencia, geografia salvaje.

¹ Doutor em Geografia e Professor do Instituto Federal de Brasília - DF, Campus Riacho Fundo, vanderio.geo@gmail.com

INTRODUÇÃO

Peço licença aos parentes, aos povos originários, afroconfluentes, caboclos, ribeirinhas, camponesas, plantadeiras, comunidades e povos da terra para trazer essas palavras. Peço licença também aos seres de luz, xapiris, encantados, pajés, espíritos, animais de poder, a mata e todos os seres vivos, os minerais, elementais e todas as falanges de cura e de libertação. Estou aqui como aquele aprendiz que se entrega a essa jornada do despertar e da reconexão com o selvagem.

Neste trabalho será deixado de lado o procedimento do azeitar acadêmico com suas estruturas de ordem e encastelamentos, privilégios e proteções, cooptação e domesticação, em que limita expressões e ações do pulsar do coração indolente. A busca se volta a uma linguagem solta e desprovida de condicionamentos. Dialogando com os meus: desde baixo, à esquerda, pelo sul, pela comuna e pela anarquia selvagem.

A escrita aqui vai dos povos na terra até os encaixotados espaços da universidade, passando pelas ruas, acampamentos e ocupações, pelos conflitos, a segregação e a violência contra aqueles que resistem aos códigos de deslegitimação. Estamos aqui falando para tencionar e perturbar a ordem, nos levar de volta para a mata, resgatando nossa autodeterminação, o laço social da dignidade e do fazer comunitário. Por isso olhamos para o massacre, o colapso e o desastre como oposições ao pensar e ser selvagem, como resultado da civilização e da colonialidade do poder.

O pensamento e o modo de ser selvagem atravessa mundos e temporalidades nos ensinando a ancestralidade de lutar contra o Estado (CLASTRES, 2014) e o mercado, de construir uma vida plena em equilíbrio e harmonia. Nós enquanto sociedade em movimento (ZIBECHI, 2007), por uma geografia em movimento (BARTHOLL, 2018), e como a anarquia em movimento (IBAÑEZ, 2015); uma anarquia viva (GORDON, 2015); somos as coletividades insurgentes (CUSICANQUI, 2010) para dispersar o poder (ZIBECHI, 2005). Nós somos os territórios em resistência, contrários ao massacre, e somos as comunidades autônomas em defesa da terra, para r-existir (PORTO-GONÇALVES, 2016) à dimensão da colonialidade do imaginário capitalista e estatista, com suas monoculturas da mente (SHIVA, 2013).

O que nos traz aqui neste espaço de diálogo são os dez anos desde os levantes populares de 2013, pois consideramos estas jornadas como a mais ampla insurreição na geografia recente brasileira (JOURDAN, 2018). Ela nos ensina e nos leva até aos Acampamentos Terra Livre (ATLs), mobilizações dos povos originários que ocorrem em

Brasília. Avaliar a trajetória desse itinerário de luta é o desafio desse trabalho. Os acampamentos são o que resistiram ao ataque neofascista deste modelo matricial anestesiante.

METODOLOGIA

O cenário aterrorizador que se segue a 2013, a ameaça autoritária, conjuntamente ao esvaziamento das ruas, o controle social e as políticas de segregação, a ampliação da pobreza, a destruição da natureza, e o empoderamento das forças reacionárias, culmina na resistência indígena contra o marco temporal e demais lutas. Nesse sentido, os ATLS e a articulação dos povos originários concebem nova cosmovisão da resistência revolucionária, colocando o pensamento selvagem frente ao tecnocentrado, ao *plantationoceno* (HARAWAY, 2016).

Cartografar essas espacialidades e territorialidades autônomas das últimas duas décadas é o desafio para se conceber um pensamento selvagem na geografia. Compreender o contraponto dessas cartografias, a ofensiva ultraconservadora, é fundamental. O recente cenário da crise sistêmica, ambiental, sanitária, política e econômica representado pela pandemia da Covid-19 e todo o governo da morte instalado, é o que nós anarquistas chamamos de deserto (DESERTO, 2018), expressa o contexto de massacre, colapso e de desastre.

Taibo (2019) nos faz refletir acerca do colapso sistêmico e o papel que a anarquia e o conjunto de abordagens de inspiração libertária e autonomista podem trazer para pensar essa espacialidade em crise. Todavia, as estruturas reacionárias se reorganizaram diante do neoliberalismo na manutenção e aprofundamento de três pilares de controle: na vida precária (BUTLER, 2019), assumindo o realismo capitalista (FISHER, 2020); nas políticas securitárias disciplinares, controle e eliminação desses indesejados (SEBASTIÃO JR., 2009), tendo como instrumento o necropoder (MBEMBE, 2018); na crise ambiental planetária, ora negligenciando e acelerando a destruição do equilíbrio ecológico ou caindo na dimensão do ecofascismo (TAIBO, 2019).

A geografia institucional dominante ainda não acordou significativamente para esse cenário, usando as mesmas ferramentas de análise do passado para essa questão do presente. As geografias selvagens já vêm desde o início do século XXI combatendo esses pilares e estabelecendo alternativas de mundos outros, não sendo mapeáveis e auto-cartografando suas espacialidades insubmissas. Nelas, estão guardadas as sementes combatentes desses três pilares, pois imediatamente abnegam as alternativas infernais (STENGERS, 2015) que o atroz sistema impõe. É emergente cartografar essas geograficidades selvagens em movimento, com

sua dimensão ecológica profunda, sua sensibilidade telúrica e do fazer social autônomo, sua antipolítica da dignidade (HOLLOWAY, 2013).

Através das ruas, mas vindas das matas, das caatingas, brejos e cerrados, essas geografias selvagens grafam suas ações, territorializando a fissura sistêmica com práticas socioespaciais antissistêmicas. Foram com as revoltas das ruas que, desde o movimento antiglobalização, do final do século XX, com os levantes Zapatistas, indígenas, de Rojava e demais zonas autônomas (BEY, 2014), elas esclarecem a descrença na política institucional e na representação partidária. Trouxeram importância ao ato revoltoso de ocupar, às táticas *black bloc* (DUPUIS-DÉRI, 2014) e antifascistas (AUGUSTO, 2020); invertendo a escala global do *antiglobalização*, dos idos de 1999, para a escala local dos *occupay*, dos anos 2008 (CRIMETHINC, 2017), das insurgências do sul na luta pela anticolonialidade, por um outro mundo possível aqui e agora.

No caso específico do Brasil, os levantes das ruas dessas duas primeiras décadas estão encurralados pela ofensiva ultraconservadora e neofascista, com os *verde-amarelos*, o bolsonarismo e o pânico moral da evangelização neopentecostal, além da expansão de grupos milicianos e de controle dos corpos e desejos. Mesmo após a eleição de Lula isso tende a permanecer em decorrência do poderoso pacto com a ordem financierista e a desmobilização das ruas. O realinhamento dos movimentos de revolta dissidentes nos traz questionamentos acerca das possibilidades de cartografias do imaginário teórico da geografia enquanto ciência de resistência aos instrumentos hegemônicos de controle do espaço. Desse modo, os ATLS são o resultado dessas movimentações, porém, amplificando a jornada com a cosmologia selvagem e a luta ecológica radical.

Serão mapeadas os ATLS, descrevendo e analisando as práticas de resistência socioambiental dos mesmos, as pautas e tendências políticas, a cartografia das mobilizações e direitos em disputa, avanços e retrocessos. Também será investigada a cosmovisão, o território imaterial e simbólico, no intuito de avaliar o papel destes lugares de r-existência frente o modelo sistêmico, o canto que ecoa das tribos e comunidades para a capital do país.

O terceiro procedimento está ligado ao cruzamento entre o papel dos ATLS e a germinação de uma cosmovisão outra na geografia da r-existência, trazendo seu modo de ser como pilar de uma geografia selvagem anticolonial.

REFERENCIAL TEÓRICO

Para dar subsídios teórico-metodológico ao recorte temático deste trabalho, é preciso exercer, de fato, a desobediência epistêmica (MIGNOLO, 2010) no espectro da geografia. Assim, a abordagem anticolonial e o pensamento selvagem (CASTRO, 2015, 2022) serão os fundamentos epistemológicos que nos guiarão para os procedimentos de investigação da geografia política de Brasília mediante os ATLS como resultante dos levantamentos de 2013.

Assim, como procedimento metodológico básico serão realizadas a revisão da literatura sobre a teoria do colapso e da crise ambiental sistêmica, crise da democracia e ascensão da extrema direita, a luta anticolonial indígena e o pensamento selvagem. Outra fonte necessária é a abordagem da geografia da r-existência (PORTO-GONÇALVES, 2016; HURTADO, PORTO-GONÇALVES, 2022), trazendo a contra-existência como cosmologia indígena para enfrentar os desafios colapso.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O principal resultado desta pesquisa é o conjunto de levantamento bibliográfico realizado sobre o temário em questão, a investigação e análise do mesmo pelo crivo teórico-metodológico da geografia política, também, a revisão dos conceitos e categorias elencados para o debate, a discussão epistemológica que envolve o paradigma selvagem na geografia, estreitando o diálogo com as cosmovisões e narrativas dos povos originários e a geografia.

Outro resultado advém de mais de 20 anos de luta, ativismo libertário em defesa da dignidade humana, junto aos diversos movimentos sociais, das movimentações de rua, acampamentos, assentamentos e ocupações, na luta pela moradia, pela terra, água e alimentos, engajamento político esse que também acompanha as marchas e a ocupação dos Acampamento Terra Livre, estando estreitamente vinculado e lutando com as atrizes e atores dessa zona autônoma.



Figura 1: Mobilização do Acampamento Terra Livre na Esplanada dos Ministérios, 27 de abril de 2023.
Fonte: disponível em: <https://apiboficial.org/atl2023/>

Os resultados empíricos vinculam-se ao levantamento de dados direto do acampamento indígena, que aconteceu em abril, entre os dias 24 e 28. Estes foram convertidos em material de análise e investigação empírica, relatos de experiência e experiência vivencial mediados pela discussão teórica do pensamento geográfico sobre a r-existência.

1. O Chamado da Mata

“A floresta é o pulsar da vida, é a natureza que se espraia, é desejo” (KREKAK, 2021). Nisso reside o enorme conflito de mundo entre a ordem da dominação do desenvolvimento colonial-capitalista e o fluxo de desejo da mata. Esta jamais silenciou o seu expressar. Ecoou canto dentro de suas profundezas transferindo sabedorias ancestrais, pulsando a vida diversa. A concepção limitada e limitante de corpos e mentes monoculturas confrontou e operou na descodificação do corpo selvagem, condicionando o fazer geográfico da mata ao progresso monológico e desterrador *plantationoceno*. O que nos restas nesta presença devastada? O Chthuluceno, ou seja, fazer parentes, nas palavras de Donna Horoway (2016), aldeiar, aquilombar e retomar a terra roubada, conforme buscam o povo vermelho ocupando Brasília e fazendo os ATLS.

David Graeber e David Wengrow (2022, p. 53) nos trouxe a possibilidade de olhar para essa história colonizadora através do prisma do despertar. “Defenderemos que os ameríndios

desenvolveram uma visão crítica muito forte das instituições de seus invasores,” visão essa que contestava a falta de liberdade dos europeus e sua política de ordenamento social desigual. “Existe uma razão para tantos pensadores fundamentais do iluminismo insistirem que seus ideais de liberdade individual e de igualdade política se inspiravam em fontes e exemplos ameríndios.” É o selvagem que transmite uma sabedoria e transforma a brutalidade.

Em qual espaço foi cultivada essa semente libertária selvagem? Na mata! Diante de batalhas sangrentas, massacres e opressões, colapsos de mundos e cosmovisões, os povos originários r-existiram na terra, pela terra, pela água, pela vida e tudo mágico que nela habita. Essa dimensão espacial encantada é a mata, esse lugar complexo e plural que constrói sentidos, sentimentos e sentires.

Dando uma definição descolonial de mata, esta advém do corpo, do desejo e da intuição; uma filosofia e conhecimento científico mágico, encarnado e corporificado. Ela não é apenas a formação fitofisionômica, a floresta, mas está em todas as paisagens que resistem ao avassalador processo de conversão monocultural capitalocena. As savanas, os pântanos, as caatingas e os campos também são mata, bem como os territórios quilombolas ou afroconfluentes, nas palavras de Antônio Bispo (SANTOS, 2023), ribeirinhos, caiçaras, geraizeros, acampados, comunidades agroflorestais e agroecológicas, sem terras, populações tradicionais e povos originários.

Essas comunidades estão enraizadas em suas terras de maneira cíclica, circular, orgânica e manifestando o pertencimento, a apropriação material, simbólica e a troca de afeições: são paisagens culturais, biorregiões, territórios ecológicos, espaços em que a ecologia profunda prevalece e se manifesta em todos os âmbitos da vida cotidiana.

A mata não é unívoca, nem dual, mas plural: ela é parte da diversidade do todo, não está fora nem desconectada e nem é objeto. Tudo está integrado numa trama complexa de corpos e fluxos. A cultura não se opõe ao selvagem (KRENAK, 2022). Cultura não é condicionamento. Selvagem não é brutalidade primitiva nem estágio inferior de evolução. Ela é multinaturalista (CASTRO, 2020), onde tudo é gente expressado por diferentes formas, corpos, o chamado perspectivismo ameríndio (CASTRO, 2018).

Esse outro modo de ler e viver as coisas foi de confronto ao modo hegemônico vencedor que vem desde então até hoje desmatando essa perspectiva, destruindo esse jardim das peculiaridades (SEPÚLVEDA, 2016). O que não é mata de alguma forma, mais ou menos intensa, trouxe o colapso, o massacre e o desastre porque trouxe a ordem e eficiência, negou o fluxo e a beleza. Por isso Davi Kopenawa (KOPENAWA; ALBERT, 2015) vai nos ver como

seus inimigos, violadores dessa mata ancestral que habita todos eles, porque somos a expressão da mercadoria.

O canto da mata ecoa do fundo de seu coração para as cidades de forma mais ardente nessas duas últimas década. Ele sempre foi cantado e combate, desde sempre, o colonialismo e a colonialidade, é contra-colonial, conforme nos traz Antônio Bispo (SANTOS, 2022). Porém, o colapso está em curso, é o estado de crise sistêmica em exercício. Isso recoloca o canto da floresta em evidência. Eles vêm trazendo as medicinas da floresta, seus rituais de cura, a dimensão política e econômica autogestionada, uma geograficidade do equilíbrio e da harmonia, também sua postura insubmissa e indócil do selvagem para uma vida descondicionada e liberta das máquinas de mediação social por conservarem um laço social do fazer, usando expressão de John Holloway (2003).

A postura ecológica profunda enseja a primeira chave desse canto da floresta. Não há outra direção a tomar que não seja o retorno para a mata! Plantar semestres e florescer o coração da terra em explosão de diversidade. Abandonar a mentalidade agrodestrutivista, monocultural e urbanocêntrica da civilização construindo comunidades selvagens. Para esse movimento fortalecer é preciso lutar, resistir, se organizar, unir, aquilombar, aldeiar, malocar e cooperar, negar toda a ordem competitiva e agressiva civilizatória. Ressignificar valores que este sistema corrompeu. Por isso precisamos de terra e território, articulando pretos, indígenas e camponeses, seguindo a mirada libertária de Joelson Ferreira, a na Teia dos Povos (FERREIRA; FELÍCIO, 2021). É preciso parar essa máquina social e retirar seus manipuladores do controle da terra e de todos os seres que a compõe, elementais, minerais, energéticos, orgânicos e sociais.

Sentir o ecológico nas veias, no sangue que pulsa, no cheiro e no ar que respira, na água que bebe e lava, na terra que come, vive, sustenta e pisa, nos seres que compartilham mundos e suas multidimensionalidades é estar sempre na mata. Por isso esse canto ecológico não é compatível ao modelo natureza-objeto da civilização, porque *pachamama* quer permanecer em festa.

O canto da mata nos convoca para o envolvimento, do modo em que Antônio Bispo (SANTOS, 2023) argumenta, negando o desenvolvimento. O capital atua destruindo os envolvimento, as redes dos de baixo, a articulações entre povos... A resposta? Os movimentos indígenas se envolvendo fortemente nessa última década, a ressignificação dos sem terra para uma postura mais autonomista, o surgimento da Teia dos Povos, interseccional, camponesa, quilombola e indígena, diversos movimentos de resistência urbana de contrapoder, usando conceito de Raúl Zibechi (2015), na periferias e favelas com ações



comunitárias de ajuda-mútua, aquilombando e aldeiando a cidade, trazendo a mata para dentro do concreto cinza e morto. Assim o faz os ATLS como territórios autônomos temporários, ocupação da floresta na capital federal.



Figura 2: Acampamento e ocupação das comunidades indígenas no 19º ATL, abril de 2023.
Fonte: acervo próprio, abril de 2023.

Então, o que canta o canto da mata? Ele abdica a domesticação e toda a violenta destruição que suas hierarquias trazem. Ele confronta e combate o lugar que chegamos: a crise ambiental e o colapso comunitário e seus laços de fazer . O que lhe encanta é a possibilidade de um futuro ancestral (KERNAK, 2022), a mata tomando a cidade. O pensamento selvagem da geografia enseja que o corpo seja corpos em múltiplas escalas integrados à antipolítica da dignidade, da forma discutida por Holloway (2003). Daí a importância da fala do coração: deste que pulsa no interior da mãe terra. Falar dele é falar das emoções, da condição vibracional para que a fala espacial não mais esteja sugestionada à fala do trabalho como ordem de controle da energia, das pulsões e criações. O chacoalhar do maracá e a batida do tambor ritima esse canto de pulsão desejosa que ocupa Brasília todos os anos com os ATLS.





Figura 3: Ritual de acolhida das comunidades indígenas no 19º ATL, abril de 2023.

Fonte: acervo próprio, abril de 2023.

Estamos vivendo um momento de convergências múltiplas: em pleno século XXI permanecem os territórios selvagens com suas ciências do concreto, usando expressão de Lévi-Strauss (1989), que atravessaram todas as incursões e agressões descodificantes, coexistindo aos territórios da sobrecodificação, nos termos dados por Deleuze e Guattari (2011), da ordem capitalista. Essa geografia selvagem resiste em luta pela restauração da natureza e enfrenta os desastres e processos de ecocídio, por conceberem que suas vidas não se separam da floresta. Rogério Haesbaert (2021) demonstrou o quanto suas concepções de terra-corpo, território-corpo estão imbricadas à dimensão ecológica profunda e da natureza selvagem, e o quanto o território para os povos originários perpassa por uma dimensão interterritorial e transterritorial, de um fazer geográfico outro perante as narrativas hegemônicas acadêmicas.

Quem deve recuperar ou mesmo conceber a linguagem da mata? O povo da mata, obviamente, mas também os subalternos da cidade, os violados, esquecidos e desterrados do selvagem. É nesse ponto que a geografia selvagem torna-se especial. Ela defende a mata e o selvagem recobrando as terras arrasadas, criando transterritorialidades autônomas. Ela é erva daninha que recupera os solos erodidos.



Figura 4: Apresentação de povos indígenas no 19º ATL, abril de 2023.

Fonte: acervo próprio, abril de 2023.

A geografia selvagem está vinculada a esta convergência entre experiência e afeto. Por isso a fala selvagem deve alcançar os de baixo, está neles, pois são resultado dessa violenta desterritorialização do sistema-mundo moderno colonial capitalista (PORTO-GONÇALVES,

2006). Os pobres da cidade e do campo são resíduos desse selvagem em obra de descodificação civilitário-capitalística. Eles cantaram os rezos da mata, eles entoaram os sons da floresta, eles dançaram ao fogo e pintaram os corpos, transmutaram em seres encantados e praticaram a medicina da floresta, eram plantadores e viviam conectados com a terra. Depois da desterritorialização, restou a falta, perdidos vamos nos unir para nos reencontrarmos nessa festa, luta e compartilhamento. Cabe a geografia conversar mais sobre essa convergência, algo que ela já vem fazendo ao narrar a articulação dos movimentos socioterritoriais das últimas décadas.

2. Cosmovisão Indócil: Fissuras do Corpo Selvagem

Para conceber este outro fazer geográfico é preciso, antes de tudo, reconhecer sua cosmovisão indócil, desconstruir o mito do bom selvagem, conforme tenciona Graeber (2011). É desafiador e mesmo paradoxal definir uma geografia selvagem, pois se esta é selvagem significa que ela é indomável, não capturável e nem passível de condicionamentos e mediações de espetáculo, conforme traz Guy Debord (1997). Esta geografia não consegue estar entre fronteiras estabelecidas, caso do método científico da racionalidade ocidental, bem como a política territorial dessa cosmovisão da docilização e subalternização dos corpos outros, o que Suely Rolnik (2021, p. 36) chama de inconsciente colonial-capitalístico “a política do inconsciente dominante nesse regime, a qual atravessa toda a força vital de criação e cooperação.”

O selvagem em nós não aceita essa exploração vital. Com a reconstrução do laço social comunitário e cooperativo, indócil, mas afetuoso, se coloca construindo através do lugar e da experiência cotidiana, o novo fazer geográfico. Como é oposto à reprodutibilidade, ordem padronizada industrialista em série, ele constitui o espaço da diferença, artesanal e resultante do fazer pessoal, local e comunitário. É uma geografia do sabor da terra que está no café, conforme nos agraciou Subcomandante Insurgente Marcos (2008), no gosto do cacau, no cheiro das plantas, na experiência sensível e extrassensível, que atravessa a fronteira do aparente mundo manifestado. Esta geograficidade alcança o espaço sagrado, o entrelugar que os processos rituais nos colocam, para que possamos experimentar os territórios do afeto e da diferença.

A dimensão selvagem é aquela que não permite ser descodificada, desterritorializada e nem sobrecodificada. Onde esta está ela não mais está. Aquela geografia dos pés sujos pela terra ainda não adentrou aos portões da geografia oficial. Seus corpos molhados de chuva e

corações vibrantes querem dismantelar e desmontar esse obelisco sistêmico, valorizando o olhar afetivo, o tempo das plantas, comunalizando bandos, grupos, ocas e malocas.

Esses corpos indóceis não querem resignar-se, nem dobrarem-se ao inconsciente da submissão matricial. No balanceio da fogueira, tocando tambor, estamos construindo novos sentidos de ser dentro da Babilônia, trazendo o inconsciente e a consciência da mata, do cerrado, dos campos e das caatingas sem fim para sobrepujar o inconsciente tecnocêntrico, ruindo e quebrando essa pavimentação como estão fazendo neste momento as ervas daninhas.

Desse modo, o corpo selvagem na geografia é anárquico. Constitui uma postura antiautoritária e anticolonial. Mesmo sabendo que os ATLS fazem parte de articulação política alinhada à esquerda hegemônica, eles carregam a cosmovisão dos povos originários, na qual a postura anárquica foi buscar inspiração para construir suas lutas (CIRQUEIRA, 2020). Graeber (2011) demonstrou que no curso do tempo o povos originários das mais distintas regiões praticaram tanto a política autoritária quanto a libertária, não sendo definitivamente os detentores da anarquia.

Mas o cenário em que se concebeu a luta dos de baixo contra a ofensiva civilizatória colonizadora, a causa e luta indígena, quilombola e camponesa guarda fundamentos de prática política da anarquia por lutar contra as heteronomias. Seus territórios autônomos são a síntese da política libertária, mesmo às vezes estando próxima da cooptação da esquerda institucional, conforme discute Zibechi (2015), porém incompatíveis ao modelo de desenvolvimento dessas mesmas esquerdas. A carência é de concepção política ácrata, não de prática da mesma. Ela é feita, mas é narrada e descrita pela esquerda convencional.

E os ATLS não ficam de fora dessa lógica. Praticam uma política libertária, são territórios autônomos, mas estão cooptados pela via marxista mais simplista. Por isso ocorre certo desentendimento dessa mesma esquerda às lutas dos ATLS e da Teia dos Povos, por exemplo, pois não estão adequados totalmente a este convencional modelo de luta. A própria discussão sobre o corpo selvagem não é concebida, ou é de forma envezada, civilizatória.

Para Judith Butler (2018) existe uma conexão estreita entre os corpos em resistência, as ocupas, as assembleias e a luta pela dignidade que acontece nas ruas, em aliança política, performativizando o poder popular, autogestionário. Os povos originários, neste caso, pela via dos ATLS, performatizam essa luta por dignidade, terra, território e proteção ambiental. “A dignidade é o desdobramento do poder do Não. Nossa recusa nos confronta com a oportunidade, a necessidade e a responsabilidade de desenvolver as nossas próprias capacidades.” (HOLLOWAY, 2013, p. 21). São ocupações que ensejam uma política espacial da fissura, estratégia da resistência libertária nesses tempos de massacre, pois “uma atmosfera



sinistra envolve o planeta. Saturado de partículas tóxicas do regime colonial-capitalístico, o ar ambiente nos sufoca.” (ROLNIK, 2021, p. 28).

Diante desse sufocamento, “há uma mudança na temporalidade da rebeldia,” argumenta Holloway (2013, p. 28). “Em todas as suas formas, a urgência da situação da humanidade se imprime na maneira como as pessoas lutam.” Ainda segundo o autor, a velha noção de planejar a revolução futura soa oca e muito limitada, e o comunismo torna-se uma necessidade imediata. Por isso o corpo selvagem com suas modalidades de luta e resistência no século XXI é uma fissura antissistêmica e uma falange contrária ao capitaloceno.

Para Holloway (2013, p. 38), rebelar-se contra o capitalismo é começar a viver um mundo que ainda não existe, um mundo com uma dimensionalidade muito diferente, que estamos começando a entender. “Nossas fissuras não são espaços autocontidos, mas rebeldias que reconhecem umas às outras, sentem afinidades, estendem a mão uma às outras.”



Figura 5: Momento de dança ritual de povos indígenas no 19º ATL, abril de 2023.
Fonte: acervo próprio, abril de 2023.

Por isso a cosmovisão selvagem é fundamental, pois advém deste mundo a nascer. Assim, as fissuras constituem a espacialidade da resistência e a territorialidade do antipoder da dignidade por meio da insubmissão e revolta, das ocupações e povos da floresta em movimento.

3. Os ATLs como territorialidades da r-existência

Os Acampamentos Terra Livre (ATL), mobilizações em formato de ocupações que ocorrem em Brasília todos os anos, são territorialidades autônomas contra o ordenamento

territorial hegemônico que atua na destruição dos territórios indígenas. Desse modo, são r-existências, ou seja, instâncias de contrapoder que, nas fissuras, constroem alternativas de enfrentar o modelo de desenvolvimento destrutivista. Os madeireiros, garimpeiros, grileiros, extrativistas ilegais, a expansão da fronteira agrícola entre outras violações às terras ancestrais e culturais, são esse modelo.

Os povos originários, defendendo e produzindo um mundo outro com sua r-existência, criam cartografias políticas dissidentes, com suas lutas libertárias alargam a dimensão autônoma de seus territórios, pois advogam a autodeterminação de sua vida e política territorial.

Zibechi (2015, p. 18) evoca o contrapoder dos de baixo para expressar os chamados territórios em resistência. Para o autor, “o controle sobre os pobres urbanos é o objetivo mais importante definido tanto pelos governos quanto pelos organismos financeiros globais e as forças armadas dos países mais importantes.” E é justamente isso que ocorre contra os povos da floresta, o capital global com seus organismos financeiros, com a concessão do Estado, visam destituir a terra e o território indígena. Isso ocorre pois essas terras são a última fronteira de exploração dos recursos naturais, e o sistema do monocultural em colapso visa se sustentar nessa derradeira fronteira de biodiversidade. A articulação indígena contra o marco temporal, por terra e território, em defesa dos povos e contra o massacre é o contrapoder dos de baixo, constituindo forte resistência política, com táticas e ações que colocam esses movimentos no centro do debate nacional e internacional da luta pela terra e dignidade.

É por isso que esses territórios autônomos são “anomalias” ao modelo institucional constituído, pois não praticam a propriedade privada, defendem a cosmopolítica da ecologia profunda, a biodiversidade e manutenção da mata com os povos, sendo contrários à exploração dos recursos, buscando defender sua medicina e ciência ancestral da floresta.

De igual modo às periferias urbanas de Zibechi (2015), tidas como territórios em resistência, os territórios autônomos indígenas são essa resistência em expressão potente. “Os movimentos indígenas, ao introduzirem conceitos como território autônomo, autodeterminação e autogoverno, os quais pertencem a uma mesma problemática, estão produzindo a revolução teórica e política (DÍAZ-POLANCO apud ZIBECHI, 2015, p. 39).

Diante das variadas organizações políticas indígenas o que permanece destoante da política convencional é sua postura federalista libertária, organizada desde baixo, pelas aldeias e comunidades, conselhos locais e regionais, articulação nacional e organização global, sempre marcada por práticas mais horizontais e menos hierarquizadas. Nos moldes do

contrapoder e da antipolítica da dignidade, orientados aos princípios da autogestão, o indígena em movimento vem reescrevendo a concepção política da atualidade.

Nesse território ocupado chamado Brasil há espaços se fortalecendo e construindo essa rede de resistência dos de baixo. Os ATLS são esse esforço de articulação nacional (Articulação Nacional dos Indígenas do Brasil – APIB) para somar a diversas lutas dos povos originários. Todos os anos no mês de abril, o mês da luta indígena, eles se deslocam em marcha dos mais distantes lugares do território nacional em direção à Brasília. Essa marcha se assemelha às diversas movimentações que acontecem em Abya Yala, por terra, território e dignidade.

A maior assembleia dos povos e organizações indígenas do Brasil, segundo a APIB, vem acontecendo desde 2004, todo mês de abril, em Brasília, centro do poder federal. Apenas em 2009 foi realizada no mês de maio e em 2010, em Campo Grande – MS, em 2012 no Rio de Janeiro por ocasião da cúpula dos povos, durante a Rio+20.

O primeiro ATL surgiu como ocupação realizada por povos indígenas do sul do país, em frente ao Ministério da Justiça, tendo lideranças indígenas e presença da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIB) e a Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste e Minas Gerais (APOINME). Na ocasião lutavam contra a falta de posição quanto à política indigenista do então governo Lula, pela demarcação de terras pela criação do conselho superior de política indigenista.

Segundo a APIB, o ATL inaugurou um marco histórico para a consolidação das estruturas de mobilização dos povos indígenas. Para além dessa dimensão, essas ocupações depois convertidas em mobilizações, expressaram o alinhamento da luta indígena e demais povos por terra e território que estavam ocorrendo na América Latina, além de estar alinhado aos movimentos antiglobalização e em defesa da natureza e demais pautas ecológicas, às ocupas e demais resistências que marcou o cenário de lutas das duas décadas do início do século XXI.

Fazendo um panorama das pautas centrais dos ATLS desde 2004 até hoje, o tema saúde indígena, educação e demarcação atravessam todas as edições. Em 2005 comemoraram a vitória com a demarcação da terra Raposa Serra do Sol. Em 2006 denunciaram a lentidão em demarcações, bem como, pressões políticas a setores antiindígenas contra os direitos territoriais em Santa Catarina, Mato Grosso, Bahia e Mato Grosso do Sul.

Em 2007 a maior luta foi contra a morosidade em demarcar terras, mas principalmente, na denúncia das invasões dos territórios e dilapidação das riquezas naturais. Em 2008, além das pautas já descritas, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) foi tido como

ameaça aos territórios indígenas. A mobilização demonstra que, mesmo os governos progressistas apostam no modelo de desenvolvimento incompatível às suas cosmovisões selvagens.

Em 2009 e em 2010 é importante dar destaque à luta em defesa dos Guarani Kaiowá, tanto que o ATL de 2010 foi realizado em Campo Grande dada a delicadesa do caso, o iminente etnocídio contra esse povo.

Um ponto mais uma vez importante da luta dos povos originários foi a constância contra os projetos desenvolvimentistas de infraestrutura, caso do ATL em 2011, enfrentando o Governo Dilma e seu afã com obras do PAC. Já em 2012 o movimento ocorreu na Rio+20, no Rio de Janeiro, e o movimento trouxe repúdio aos princípios da cúpula, sobretudo quanto a sua postura neoliberal e financeirista da natureza. O principal repúdio se deu contra o assassinato de lideranças Guarani-Kayowá, a construção da Barragem de Belo Monte e demais obras de infraestrutura que favoreceriam o agronegócio e expansão da fronteira agrícola, repúdio também as ações financeiras do BNDES, os contratos de crédito de carbono firmados na cúpula, além da defesa da luta indígena boliviana, entre outras.

De 2013 a 2016 continuaram articulados os ATLs com pautas mais locais e demandas internas, mas sempre atentos ao conflito em terras indígenas e ameaças ao povo da terra. Em 2016 e 2017 construíram carta pública contrária aos retrocessos que o governo Temer direcionava, colocando-se combativos em defesa dos direitos indígenas. Denunciaram o golpe e o retrocesso à democracia que estávamos vivendo, sobretudo contra os povos da floresta.

Em 2018 e 2019 inicia, de forma mais significativa, a luta contra o Marco Temporal, que com o golpe e a articulação parlamentar antiindígena essa problemática ganhou musculatura. Concentrados nessa frente, as mobilizações do ATLs e demais da APIB e outras organizações, viram no novo Marco Temporal a maior ameaça dos últimos anos. Desse modo, a luta voltou-se à resistência frontal em defesa da terra e dos territórios indígenas, que com o governo Bolsonaro viveu o momento de maior ataque, desmatamento, queimadas, invasões, assassinatos, conflitos e destruição dos organismos de proteção da biodiversidade.

Além da ofensiva ecofascista bolsonarista e do modelo agrário-extrativista do capital por ele promovido e defendido, vivemos a pandemia da Covid19. Assim o ATL em 2020 e 2021 deixou as ruas, mas aconteceu de forma virtual, mantendo a frequência combativa e presente luta.

Em 2022 e 2023 o ATL ganhou mais presença e força organizativa. Se transformou em grandiosa mobilização e acampamento, um território autônomo temporário plural e com pautas diversas. Múltiplas marchas e mobilizações foram sendo realizadas ao longo do ano, antes e



depois de Abril, dos mais variados seguimentos, mostrando o poder de capitalidade dissidente do ATL.

A luta contra o Marco Temporal e a defesa dos direitos indígenas, a demarcação de terras, a saúde e a educação, a dignidades dos povos estão sendo nesses anos e foi em 2023 pauta contínua. O ato e intervenção A Queda do Céu, que aconteceu em abril de 2022, merece ser destacado. Fazendo menção à obra de Kopenawa, a intervenção usou tecnologia com ancestralidade para demarcar a força da luta indígena no Brasil, levando mais de 8 mil pessoas e 200 povos, das cinco regiões.

Ao participar e marchar em diversos ATLs ao longo dos últimos anos e neste de 2023 foi preciso avaliar que este último foi mais espetaculoso, grandioso e diversificado. Diversos espaços, grupos de trabalho, espaço de debate e palestras constantes, intervenções e marchas volumosas formam a paisagem dessa edição, além de maior quantidades de povos e demais simpatizantes da causa. A mobilização ganhou característica de evento, atraindo público diverso, com aspecto turístico e de entretenimento cultural.



Figura 6: Palco do 19º ATL, abril de 2023.

Fonte: Disponível em: [disponível em: https://apiboficial.org/atl2023/](https://apiboficial.org/atl2023/)

O nível de organização do acampamento demonstrou complexo e técnico, com apoio de diversas organizações, instituições e movimentos. A pauta da demarcação, o repúdio à violência, com destaque ao assassinato de diversas lideranças indígenas, Bruno Pereira e do missionário Dom Phillips, a calamidade no território Yanomami, as invasões e exploração da

terra e contra o Marco Temporal foram os temas centrais das discussões nos espaços de diálogo.

A demanda LGBTQIAP+ indígena aconteceu de forma mais intensa e aplicada ao movimento, bem como a luta da mulher indígena e as questões assimétricas de gênero. Com essa edição ficou evidente a força da juventude indígena, seu grau de mobilização e articulação com os temas de ordem da política dissidente atual.

Houve muita exposição de materiais, produtos artesanais e arte indígena, mobilizando a economia solidária e o fortalecimento das comunidades. Nas noites, ocorriam debates, falas, mas também, eventos artístico-culturais. Nesta edição de 2023 foram mais de 6 mil indígenas, de 200 povos diferentes, acampados na Praça da Cidadania, em Brasília, além da considerável presença da população em geral, apoiadores e simpatizantes, movimentos sociais e organizações populares diversas.

Com o tema *O Futuro Indígena é Hoje. Sem Demarcação não há Democracia*, o movimento denunciou as violações dos direitos humanos, a violência, invasões e massacres contra as populações, também, decretaram a emergência climática, com debate atento sobre o colapso. No último dia do evento houve a convergência preta, indígena e camponesa na articulação com movimentos sociais em defesa da democracia, além de volumoso ato na esplanada do ministérios, em marcha pela dignidade, terra e território.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que pode-se extrair dessa discussão é o papel dos ATLS como núcleos maternais de reflexão e de alternativas para o desastre e massacre instalado nesse território ocupado chamado de Brasil. Mapear as estratégias de resistência dos mesmos e vincular essa luta ao cenário de levantes contingentes ao modelo trazido pelas revoltas de junho de 2013 é uma conclusão que nos convoca à valorização dessas geografias selvagens frente ao capitalismo avassalador.

REFERÊNCIAS

AUGUSTO, A (Org.). **Antifa**: modo de usar. Rio de Janeiro: Circuito, 2020.

BARTHOLL, T. **Por uma Geografia em movimento**: a ciência como ferramenta de luta. Rio de Janeiro: Consequência, 2018.

BEY, H. **Zonas autônomas**. Porto Alegre: Deriva, 2014.



- BUTLER, J. **Corpos em aliança e a política das ruas**: notas para uma teoria performativa da assembleia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.
- BUTLER, J. **Vida precária**. Os poderes do luto e da violência. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.
- CASTRO, E. V. de. **A inconstância da alma selvagem e outros ensaios de antropologia**. São Paulo: Ubu Editora, 2020.
- CASTRO, E. V. de. **Metafísicas canibais**. Elementos para uma antropologia pós-estrutural. São Paulo: Ubu Editora / n-1 edições, 2018.
- CIRQUEIRA, J. V. Teorias anarquistas na Geografia. In.: SPOSITO, E. S.; CLAUDINO, G. F. (Org.) **Teorias na Geografia**: avaliação crítica do pensamento geográfico. Rio de Janeiro: Consequência, 2020, p. 399 – 432.
- CLASTES, P. **Sociedade contra o Estado**. Pesquisas de antropologia política. São Paulo: Cosac Naify, 2014
- CRIMETHINC. Coletivo dos Ex-Trabalhadores. **Da democracia à liberdade**. A diferença entre governo e a autodeterminação. Facção Fictícia; Editora Subta, 2017.
- CUSICANQUI, S. R. **Ch'ixinakax utxiwa**. Una reflexión sobre prácticas y discursos descolonizadores. Buenos Aires: Tinta Limón, 2010.
- DEBORD, G. **A sociedade do espetáculo**. Comentários sobre a sociedade do espetáculo. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **O anti-édipo**. Capitalismo e esquizofrenia 1. 2ª ed. São Paulo: Editora 34, 2011.
- DESERTO**. Livro anônimo impresso livremente pela editora Monstro dos Mares, em 2018. <https://monstrosmares.com.br>
- DUPUIS-DÉRI, F. **Black Blocs**. São Paulo: Veneta, 2014.
- FERREIRA, J.; FELÍCIO, E. **Por terra e território**. Caminhos da revolução dos povos no Brasil. Aratacá: Teia dos Povos, 2021.
- FISHER, M. **Realismo Capitalista**: É mais fácil imaginar o fim do mundo do que o fim do capitalismo? São Paulo: Autonomia Literária, 2020.
- GORDON, U. **Anarquia viva**. Política antiautoritária da prática para a teoria. Subta, 2015.
- GRAEBER, D. **Fragments de uma antropologia anarquista**. Porto Alegre: Deriva, 2011.
- GRAEBER, D.; WENGROW, D. **O despertar de tudo**. Uma nova história da humanidade. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.
- HAESBAERT, R. **Território e descolonialidade**: sobre o giro (multi)territorial/de(s)colonial na América Latina. Ciudadad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO; Niterói: UFF, 2021.
- HARAWAY, D. Antropoceno, Capitaloceno, Plantationoceno, Chthuluceno: fazendo parentes. **Clima Com Cultura Científica**. Pesquisa, jornalismo e arte, ano 3, nº. 5, abril de 2016, p. 139 – 146.
- HOLLOWAY, J. **Fissurar o capitalismo**. São Paulo: Publisher Brasil, 2013.
- HOLLOWAY, J. **Mudar o mundo sem tomar o poder**. O significado da revolução hoje. São Paulo: Viramundo, 2003.
- IBAÑEZ, T. **Anarquismo é movimento**. Anarquismo, neo-anarquismo e pós-anarquismo. São Paulo: Imaginário, 2015.
- JOURDAN, C. **2013**: memórias e resistência. Rio de Janeiro: Circuito, 2018.



KOPENAWA, D.; ALBERT, B. **A queda do céu**. Palavras de um xamã yanomami. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

KRENAK, A. **Flexa 3: metamorfose**. Selvagem – ciclo de estudos sobre a vida. 16 de setembro de 2021. Disponível em: [selvagemciclo.com.br /](http://selvagemciclo.com.br/)
www.youtube.com/@selvagemciclo8

KRENAK, A. **Futuro ancestral**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

LÉVI-STRAUSS, P. **O pensamento selvagem**. Campinas: Papirus, 1989.

MARCOS, S. I. (EZLN) **Nem o centro e nem a periferia**. Sobre cores, calendários e geografias. Porto Alegre: Deriva, 2008.

MBEMBE, A. **Necropolítica**. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MIGNOLO, W. **Desobediencia epistémica**: retórica de la modernidad, lógica de la colonialidad y gramática de la descolonialidad. Buenos Aires: Del Signo, 2010.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

PORTO-GONÇALVES, C. W. Lucha por la Tierra. Ruptura metabólica y reapropiación social de la naturaleza. **Polis**, Revista Latinoamericana, volumen 15, nº 45, 2016, p. 291 – 316.

ROLNIK, S. **Esferas da insurreição**. Notas para uma vida não cafetinada. São Paulo: n-1 edições, 2021.

SANTOS, A. B. dos. **A terra dá, a terra quer**. São Paulo: Ubu editora / PISEGRAMA, 2023.

SEBASTIÃO JR., A. A. **Política e polícia**. Medidas de contenção de liberdade: modulações de encarceramento contra os jovens na sociedade de controle. Dissertação (mestrado em ciências sociais). São Paulo: PUC, 2009, 181f.

SEPÚLVEDA, J. **O jardim das peculiaridades**. São Paulo: Fação Fictícia, 2016.

SHIVA, V. **Monoculturas da mente**. Perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia. São Paulo: Gaia, 2013.

STENGERS, I. **No tempo das catástrofes**. São Paulo: Cosac e Naify, 2015.

TAIBO, C. **Colapso**. Capitalismo terminal, transição ecossocial, ecofascismo. Curitiba: Ed.UFPR, 2019.

ZIBECCHI, R. **Dispersar el poder**. Los movimientos como poderes antiestatales. Buenos Aires: Tinta Limón, 2005.

ZIBHECI, R. **Territórios em resistência**. Cartografia política das periferias. Rio de Janeiro: Consequência, 2015.